

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.548 - PR (2019/0150813-7)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO : JOAQUIM MIRO - PR015181
ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO E OUTRO(S) - RJ074802
BRUNO DI MARINO - RJ093384
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442
FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI - PR040624
LUIZA SANTOS ANDRADE - RJ171402
AGRAVADO : AMAURI BENTO DA SILVA
AGRAVADO : DANIEL FABRE
AGRAVADO : LUIZ BATISTA CIBIN
AGRAVADO : EDER DIAS CASOLA
AGRAVADO : MILTON BENTO DA SILVA
AGRAVADO : NEIVA REBELATO TEIXEIRA
AGRAVADO : EDMILSON CORREIA GONCALVES
AGRAVADO : A S MACANEIRO CONFECCOES
AGRAVADO : ANTÔNIO DE ARAÚJO
ADVOGADOS : CATANDUVA SERPA SA - PR023257
NILTON GIULIANO TURETTA - PR023773

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015 o fato de o col. Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pelo recorrente, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.
2. No caso, o eg. Tribunal estadual se manifestou satisfatoriamente acerca da possibilidade de cumprimento provisório da sentença e da inexistência de equívoco nos cálculos apresentados pelos exequentes.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima

Superior Tribunal de Justiça

indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 19 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

